

Aumento? Elizete se revolta e seus filhos são expulsos.

A escola queria um reajuste de 100,6%, mas Elizete não quis pagar.



Foto: Claudiné Petrolli.

Elizete e seus filhos: brigando por seus direitos.

As escolas não podem continuar fazendo o que bem entendem com os pais. Isso tem que parar. Foi com essa firme posição que Elizete Antelmi resolveu enfrentar o "autoritarismo" da proprietária das escolas de seus dois filhos, que, seguindo a orientação do Sieesp — Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de São Paulo —, propôs aos pais de seus alunos um aumento de 100,6% nas semestralidades para este ano.

Uma briga que ela comprou sozinha e que resultou na expulsão de seus dois filhos, Conrado e Gabriel. O primeiro cursava a 3ª série do 1º grau do colégio Cândido Portinari, e o segundo na Escola Maternal e pré-primário Picolo Mundo. Ambos da mesma proprietária e localizados nas Perdizes.

Foi em novembro que os pais receberam uma circular dizendo que os carnês de janeiro e fevereiro iriam para eles com reajuste de 100,6%. "Numa reunião onde compareceram apenas meia dúzia de pais", conta Elizete, "a proprietária nos disse que com menos de 100% de aumento ela quebraria, que havia trabalhado todo o ano de 86 no vermelho, tinha dado um reajuste aos professores e que daria um outro agora em 87".

Elizete disse que não concordava com os 100,6% e que não poderia pagá-lo. Propôs pagar 60%, mesmo sendo informada que o desconto de 10% dado ao segundo filho seria cancelado. A proprietária não aceitou e Elizete conta que ouviu dela: "Sê você não assinar, concordando com o reajuste, não vou aceitar a matrícula das crianças". A mãe ainda se lembra que tentou dialogar, mas diz que não adiantou. "Ao final da reunião eu disse a ela que achava que ela estava exigindo demais."

Preocupada, Elizete foi à 12ª Delegacia de Ensino, na rua Almirante Pereira Guimarães, 408, também nas Perdizes, e lá obteve a orientação de que a não aceitação de matrículas deve estar baseada em problemas muito sérios, como, por exemplo, mau comportamento, indisciplina. Não era o caso.

Com essa orientação e seu ex-marido, Elizete voltou à escola e fez nova reunião com a proprietária. Particular. "Aí, então, ela nos disse que se o índice de reajuste estipulado pelo governo fosse menor, que ela devolveria o dinheiro." Na primeira reunião, ela dissera que com menos de 100% quebraria. "Onde está a verdade?" questionou Elizete: "Você está querendo usar o meu dinheiro, pegar um empréstimo do meu bolso e isso eu não vou deixar". Mesmo assim, os pais voltaram a propor 60% de reajuste, novamente não aceito.

"Dez dias depois, a dona das escolas ligou-me dizendo que o pequeno Gabriel estava expulso por mau comportamento e que o Conrado, infelizmente, não ia poder continuar na escola apesar de ser um bom aluno."

— Eu disse a ela que ela não podia fazer isso e ela me respondeu: "Posso sim porque sou dona da escola. E eu não quero mais você na minha escola". O problema, então, era eu, que procurara alguns pais para conversar e tentar reverter aquele quadro. Mas praticamente todos ficaram com medo, porque ela fora muito incisiva — relembra.

Elizete voltou à 12ª Delegacia de Ensino e fez uma queixa contra a atitude da proprietária das duas escolas. "Falei com o próprio delegado de ensino que conversou com ela por telefone, dizendo que ela estava querendo penalizar a mãe através das crianças, que isso era errado e que

abriria uma sindicância contra as escolas."

Resultado da história: Elizete ganhou a causa e o seu filho vai poder cursar a 4ª série no Cândido Portinari. "No processo consta que eu receberia o carnê de pagamento quando saísse o índice oficial, mas eu ainda não o recebi. Fiz a matrícula com o preço da última mensalidade do ano passado, que foi de Cz\$ 547,00." Gabriel foi para a escola Pentágono.

Entre satisfeita e preocupada, Elizete diz que trabalha como pesquisadora na revista *Visão*, onde ganha oito mil cruzados por mês e que um aumento de 100% seria impossível de suportar. "Os pais não podem estar pagando por um erro do governo", argumenta. "E infelizmente vejo que as coisas não param por aí, as escolas agora estão querendo tirar dinheiro de outra forma: seja através da lista de material, ou de uma taxa bimestral, inexistente até o ano passado, e que segundo as escolas cobrirá gastos com circulares ou lições avulsas."

Segundo Elizete, além da lista de material para o Gabriel, que está no maternal, já estar em Cz\$ 300,00 (porque comprei na PUC), o pai tem que pagar uma taxa de Cz\$ 600,00 para as fichas do curso de Inglês ou apostilas. "É mais uma maneira indireta de pedir dinheiro e você não ter como provar que isso é ágio", reclamou.

Por via das dúvidas e para estar mais próxima de toda essa discussão, "fiscalizando até os atos dos donos das escolas", Elizete está sendo procurada por alguns pais para fazer parte da APM — Associação de Pais e Mestres — da Escola Cândido Portinari, que está sendo criada quase às pressas para que a escola possa cobrar os 15% negociáveis com os pais. "Eu vou aceitar, não tem como ficar por fora", concluiu.

Rita de Biagio